

Senhor/as Deputado/a, as entidades e os/as parlamentares/as abaixo relacionados dirigem-se à Vossa Senhoria para solicitar **voto NÃO na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 32**, também conhecida como reforma administrativa, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Nossa posição foi construída em audiência pública realizada na câmara de vereadores da cidade de Amargosa – BA.

Dentre outras, consideramos que na contramão da inclusão do povo no orçamento público por meio de políticas capazes de efetivar direitos e de proteger a população dos efeitos devastadores das crises sanitária, econômica e social que assolam o Brasil, a iniciativa privada se prepara para a cartada final na disputa pelos recursos do Estado brasileiro apostando as fichas na aprovação da Reforma Administrativa, em tramitação na Câmara dos Deputados.

De um lado dessa disputa estão os mesmos que patrocinaram as fases anteriores desse jogo de poder – o golpe contra a presidenta Dilma, a prisão política do ex-presidente Lula, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, a aprovação da Lei das Terceirizações, o desmonte da CLT e a destruição do direito à aposentadoria. É uma elite que, em nome do lucro, apoiou sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores, comprometendo deliberadamente o futuro da juventude e a assistência aos trabalhadores na velhice.

Do outro lado da trincheira estamos nós, o povo brasileiro, os servidores municipais, estaduais e federais, os trabalhadores da educação e da seguridade social, os profissionais do setor público e segmentos da sociedade prejudicados diretamente pelas mudanças previstas na PEC 32, que acaba com concursos, extingue a estabilidade dos servidores, reduz os salários do setor, favorece diferentes formas de privatizações e precariza os serviços públicos.

Longe de combater “privilégios”, a Reforma Administrativa entrega os serviços públicos à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias cujo acesso se limitará a quem puder pagar.

Para evitar o desmonte do Estado, salvar os serviços públicos e defender os direitos do povo trabalhador brasileiro, as entidades representativas dos trabalhadores de Amargosa-BA, com apoio da população e de lideranças políticas, se irmanam oficialmente, neste 17 de novembro de 2021, contra a Reforma Administrativa, que tem como gênese, a total desresponsabilização social do Estado brasileiro e o desmonte completo dos serviços públicos no país!

Por fim, exigimos a derrota da PEC 32 e continuaremos construindo ações em nosso município, na região e na capital para garantir capilaridade nacional ao processo de conscientização da população trabalhadora sobre a urgência de uma forte reação social capaz de barrar a Reforma Administrativa no Congresso Nacional, e que ***Parlamentar que defende saúde, educação e demais serviços públicos, VOTA NÃO À PEC 32. E mais, quem votar a favor não Volta!!***